



12 DE AGOSTO DE 2026



Nº 138

II Fórum da Fenalegis reúne entidades no Sindilex



Imagem: divulgação

VEJA NESTA EDIÇÃO



**Pública e Parlamentares
Acionam PGR Contra
Confisco de Aposentadorias**



**Fim da Escala 6x1 é Destaque
nas Aprovações da Câmara
dos Deputados**

AGENDA DE ATIVIDADES

QUINTA**9 DE JULHO**

Reunião da Pública

O diretor de Esportes, Eduardo Carrion, e o diretor de Relações Intersindicais, Antônio Carlos Fernandes, participaram da reunião da Pública Central do Servidor, que debateu a seguinte pauta:

1. Provável votação do PL 1.893/26 – Relações de Trabalho no Setor Público;
2. PEC 8/25 – fim da escala 6x1 e jornada de 40 horas semanais;
3. Sindicatos, associações e Central na PEC 1.893/26;
4. Congresso Extraordinário;
5. Eleições da PÚBLICA.

SEXTA**10 DE JULHO**

Reunião da Fenastc

O secretário-geral, Marcos Alcy, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram da reunião da FENASTC, que teve como pauta:

1. Análise e encaminhamentos das recomendações do Encontro Técnico realizado no Rio de Janeiro;
2. Definições para o Congresso da FENASTC, em outubro de 2026.

II Fórum da Fenalegis

O vice-presidente, Daniel Santos, o secretário-geral, Marcos Alcyr, o diretor de Relações Intersindicaais, Antônio Carlos Fernandes, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram do II Fórum da FENALEGIS, realizado nas dependências do Sindilex, que debateu os temas apresentados no banner abaixo.



Evento presencial

II FÓRUM FENALEGIS

Venha debater, se atualizar e trocar ideias com outros servidores públicos!

-  **Inteligência artificial no serviço público**
-  **Saúde emocional no ambiente de trabalho**
-  **NR 01 Quando é obrigatória**
-  **Sindicatos Uma análise prática e jurídica**

NOVA DATA! →  **16** de julho |  **Presencial** |  **9h30**

Apoiadores

 **ESCOLA DO PARLAMENTO**
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

 **SINDILEX**
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Reunião da Conacate

O presidente, Miguel Lima, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram da reunião da CONACATE, que teve como pauta os seguintes pontos:

1. Definição da atuação nas atividades em Brasília;
2. Planejamento estratégico;
3. PL 1.893/26 – andamento;
4. Sugestões de pautas para a Carta-Compromisso dos candidatos às eleições de 2026.

TARDE/NOITE: Posse da Diretoria eleita do SINDSEP

O vice-presidente, Daniel Santos, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram da cerimônia de posse da diretoria eleita do SINDSEP – Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo.



MANHÃ: Reunião da Pública

O presidente, Miguel Lima, e o vice-presidente, Daniel Santos, participaram da reunião da Pública Central do Servidor, que, sob a coordenação do presidente José Gozze, debateu a seguinte pauta resumida:

1. Mobilização das entidades em Brasília;
2. Votação do PL 1.893/2026;
3. PEC 8/25 – redução da jornada de trabalho (fim da escala 6x1);
4. Congresso Extraordinário da PÚBLICA;
5. Comemoração dos 11 anos da PÚBLICA e inauguração da nova sede;
6. Eleições da PÚBLICA e eleições gerais de 2026.

TARDE: Reunião da Fenastc

O vice-presidente, Daniel Santos, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram da reunião de diretoria da FENASTC, que debateu os seguintes pontos de pauta:

1. Organização da Assembleia Geral para alteração estatutária da FENASTC, no dia 27 de agosto;
2. Organização do XXXIII Congresso da FENASTC, em Porto Alegre, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2026;
3. Análise das questões relativas ao teto remuneratório e ao pagamento extrateto dos adicionais por tempo de serviço;
4. Exame de fatos em andamento no sistema de controle que exigem atenção e providências da Federação.

10h00: Reunião da Conacate

O presidente, Miguel Lima, o vice-presidente, Daniel Santos, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram da reunião da CONACATE, coordenada pelo presidente e diretor de Assuntos Intersindicais, Antônio Carlos Fernandes, que debateu a seguinte pauta resumida:

1. Calendário de atividades em Brasília, de 10 a 12/08;
2. Andamento da Comissão do Congresso 2026;
3. Andamento da Comissão da Reforma Administrativa;
4. Criação da Comissão “Voto Consciente” – Eleições; e
5. Criação da Comissão “PECs e Trabalhos em Brasília”.

SEGUNDA

10 DE AGOSTO

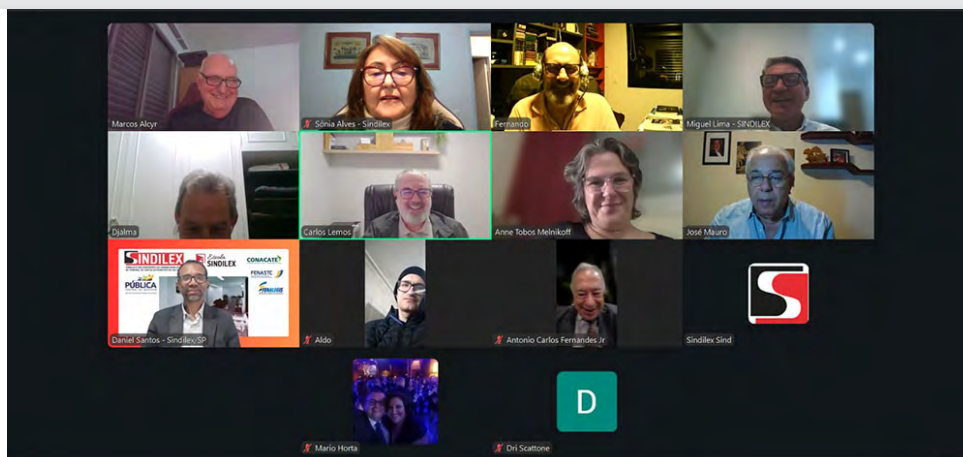
11h00: Reunião da Comissão Paritária

O presidente, Miguel Lima, o vice-presidente, Daniel Santos, o secretário-geral, Marcos Alcyr, a diretora de Comunicação, Sônia Alves, e o diretor de Esportes, Eduardo Carrion, participaram da reunião da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente (CPMNP), na qual foram debatidos os pontos remanescentes e as conquistas obtidas pela atuação do SINDILEX na Data-Base de 2026.



19h30: Reunião da Diretoria do Sindilex

Sob a coordenação do presidente Miguel Lima, reuniram-se os diretores para debater os pontos remanescentes da data-base de 2026 e outras demandas da categoria.



EVENTOS IMPORTANTES

AGOSTO

17, 18, 19, 20 e 21



Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP

CURSO

Capitalismo“Verde,” Tecnologia Social e Literatura



ORGANIZADORES/DOCENTES

Professor Doutor Marcos Alcyr Brito de Oliveira
(Organizador e Docente)

Professor Doutor Júlio César Suzuki (Docente)

Professor Doutor Guilherme José Purvin
de Figueiredo (Docente)

Doutor Gilberto Natalini
(Coordenador da Sala do Clima do TCMSP)



CARGA HORÁRIA TOTAL
10h



DATAS
17, 18, 19, 20 e 21 de agosto



HORÁRIO
19h às 21h



DIA DA SEMANA
segunda a sexta



MODALIDADE
online



TEMAS ABORDADOS

Políticas Públicas nas áreas
de Saúde, Urbanismo,
Meio Ambiente,
Redução das Desigualdades
e Direitos Humanos,
além de Direito Público

APOIO:


[Inscreva-se aqui](#)

EVENTOS IMPORTANTES

AGOSTO

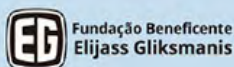
INÍCIO 24

CURSO DE
CUIDADOR

VAGAS LIMITADAS

100%
GRATUITO**Quer trabalhar como cuidador?***Aprenda a cuidar com segurança, confiança e humanidade.*SEGUNDA A SEXTA
17H30 ÀS 21H30COM
CERTIFICADODATAS
24/08 A 29/09PRESENCIAL
R. JAPURÁ, 43 - BELA VISTASAIBA MAIS E
INSCREVA-SE AQUI

REALIZAÇÃO

**Inscrições aqui**

OUTUBRO

14 a 16

SAVE THE DATE



XI CONGRESSO CONACATE

Niterói (RJ) | 14 a 16 de Outubro de 2026



RESERVE A DATA NA SUA AGENDA!

Celebração do Dia do Servidor Público

Jantar Dançante

Festa do Servidor

Uma noite especial

23 de outubro
de 2026
das 20h às 00h

VALORES

- **Filiado**
R\$160
1 acompanhante
paga o mesmo valor
- **Convidado**
R\$170
individual
- **Criança**
R\$90
6-9 anos
até 5 anos: gratuito

70 anos ASCAM

50 anos ASTCOM

20 anos SINDILEX

— Jantar completo

com pratos quentes, grelhados
e sobremesas

— Bebidas inclusas

água, sucos, refrigerantes e cerveja

— Música ao vivo

Brasilidades com Rogerinho
e Amigos

— Professores de dança

conduzindo a pista a noite toda

— Sorteio de brindes

**Churrascaria
Bovinu's**

Rua Augusta, 1513

Garanta já o seu ingresso

ORGANIZAÇÃO:



30º CONGRESSO BRASILEIRO DE ADVOCACIA PÚBLICA

Economias primárias e Direito na América Latina

📍 ALTER DO CHÃO • PARÁ

📅 24 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026



IBAP
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ADVOCACIA PÚBLICA



REALIZAÇÃO

Instituto Brasileiro de
Advocacia Pública

MAIS INFORMAÇÕES

www.advocaciapublica.com

secretaria.ibap@gmail.com

Fone (11) 3104-2819

Participação do palestrante: **Marcos Alcyrr**
Tema: **Neocolonialismo Verde**

RESERVE A DATA NA SUA AGENDA!



SINDICALISMO PELO BRASIL

Pública e Parlamentares Acionam PGR Contra Confisco de Aposentadorias



Foto: Divulgação

A Pública Central do Servidor, em conjunto com os parlamentares do Coletivo Educação em Primeiro Lugar, formado pela deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL-SP), deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP) e vereador Celso Giannazi (PSOL-São Paulo), protocolou uma representação oficial à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Enviado ao procurador-geral Paulo Gonet Branco, o documento solicita que a PGR apresente uma medida cautelar urgente ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a cobrança da contribuição previdenciária extraordinária

sobre aposentadorias e pensões de servidores públicos e restabeleça as regras anteriores à Emenda Constitucional 103/2019, garantindo a isenção até o teto do Regime Geral de Previdência Social.

A cobrança representa um confisco injusto que compromete a dignidade e a sobrevivência dos beneficiários, dificultando a compra de itens básicos como remédios, convênios médicos e alimentos. As entidades destacam que a própria PGR já emitiu pareceres contra a cobrança nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade em andamento no STF por ferir preceitos de isonomia e dignidade humana.

Embora o STF já tenha maioria formada pela inconstitucionalidade do confisco, o julgamento do mérito acabou suspenso. Mesmo com a devolução do voto de vista do ministro Gilmar Mendes, o processo ainda aguarda a conclusão definitiva. Por isso, a cautelar encaminhada à PGR é vista como um mecanismo urgente para estancar os danos diários sofridos pelos aposentados e pensionistas.

Além do pedido de suspensão imediata dos descontos em todas as esferas federativas, o ofício solicita o agendamento de uma audiência de urgência na PGR para tratar dos detalhes técnicos do caso.



LEGISLATIVO PELO BRASIL

Fim da Escala 6x1 é Destaque nas Aprovações da Câmara dos Deputados

No primeiro semestre de 2026, o destaque da área de trabalho foi a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala 6x1. O texto aguarda votação no Senado após ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados em maio.



Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

No total, foram aprovados, pelo Plenário, 118 projetos de lei, 9 projetos de lei complementar, 20 medidas provisórias, 12 projetos de decreto legislativo, 5 projetos de resolução e 4 propostas de emenda à Constituição.

Fim da escala 6x1

A [Proposta de Emenda à Constituição \(PEC\) 221/19](#), do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), foi aprovada com a relatoria do deputado Leo Prates (Republicanos-BA), cujo texto abrange a PEC 8/25, da deputada Érika Hilton (Psol-SP).

O texto prevê jornada de trabalho de 40 horas semanais em cinco dias com dois de descanso, além de transição e leis específicas para tratar de algumas carreiras.

A redução será feita sem diminuição de salários e haverá um período de transição.

- [Confira página especial sobre o fim da escala 6x1](#)

Dois meses após a publicação da futura emenda constitucional, o trabalhador já terá direito a dois dias de descanso remunerado por semana. Um deles deverá ocorrer, preferencialmente, aos domingos.

Redução gradual

A partir desse prazo, os trabalhadores contratados pela [Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\)](#) terão jornada semanal de 42 horas. Depois de 14 meses da promulgação, a jornada será reduzida para 40 horas semanais.

Leis ordinárias poderão estabelecer regimes diferenciados para algumas carreiras, respeitados esses limites. O texto também permite turnos ininterruptos de revezamento de seis horas.

Atividades essenciais, como saúde, segurança, transporte e limpeza urbana, poderão adotar regime de compensação. A média mensal deverá assegurar dois dias de repouso semanal remunerado dentro do mês-calendário.

Os dias de folga semanal poderão ser acumulados para serem tirados em outro período no mês, garantindo que pelo menos um dos dias seja após uma semana de trabalho.



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

Ouro Preto-MG Sediou o IV CNCTC – Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas

Nos dias 3 e 4 de agosto, em Ouro Preto (MG), foi realizado o IV Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas, que contou com a participação do presidente da FENASTC, Amauri Perusso.



*Amauri Perusso,
presidente da FENASTC*



OURO PRETO • MG 2026
IVCNCJTC
Congresso Nacional de
Comunicação dos Tribunais
de Contas

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

* CONFIRA A AGENDA DOS DOIS DIAS *

3 e 4
de agosto

Democracia e o papel
Social do Tribunais
de Contas

3 DE AGOSTO * SEGUNDA-FEIRA

8H Abertura para o credenciamento + café mineiro

9H Abertura oficial e recepção artística

10H30 PALESTRA MAGNA

Democracia, representatividade e comunicação pública: construindo confiança nas instituições

Palestrantes:

Ministra Edilene Lôbo

Mediação: Zu Moreira (TV Globo Minas)



12H Intervalo para almoço

14H PAINEL 1

Além dos Autos: como o TCE impacta a política

Palestrantes:

Jamil Chade (UOL e Carta Capital) e

Bertha Maakaroun (Jornal Estado de Minas e Rádio Itatiaia)



15H30 PAINEL 2

Jornalismo Investigativo e Responsabilidade Socioambiental diante da Urgência Climática

Palestrantes:

Lucas Ragazzi (O Fator) e Murilo Rocha (Band Minas)



17H PAINEL 3

Simplex Assim: como quebrar resistências e aproximar a cidadã e o cidadão

Palestrante:

Lair Rennó (Rede Record)



18H Happy Hour e coquetel de integração

4 DE AGOSTO * TERÇA-FEIRA

9H PALESTRA MAGNA

O futuro da comunicação é humano: instituições, diálogo e democracia

Palestrante:

Viviane Mosé



10H PAINEL 4

Comunicação Pública e Inteligência Artificial: desafios e oportunidades

Palestrantes:

Ana Freitas e Alexandre Sayad

(ZeitGeist Educação e Consultor da Unesco)



11H PAINEL 5

Comunicar para Todos: estratégias inclusivas para ampliar a participação democrática

Palestrantes:

Larissa Carvalho (TV Globo Minas) e

Jersey Simon (TCERJ)



12H Intervalo para almoço

14H PAINEL 6

Da Pesquisa à Narrativa: o poder dos dados na Comunicação

Palestrantes:

Gabriel Ronan (PUC Minas e O Fator) e Ricardo Martins (Projeto Brief)



15H Café mineiro

15H30 PAINEL 7

Além do Feed: tendências de comportamento digital e o valor das marcas nas Redes Sociais

Palestrantes:

Felipe Godoy (Canva), Alex Monteiro (Non Stop) e Érica Abe (ABC Pública)



17H PALESTRA Lançamento do Prêmio Atricon + Simplex de Linguagem Cidadã

17H30 Encerramento oficial

LOCAL:

Centro de Artes e Convenções da UFOP
Ouro Preto, Minas Gerais

MAIS INFORMAÇÕES EM:

cncjtc.tce.mg.gov.br

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



TEXTOS CRÍTICOS



Imagem: Reprodução

PEC 65: Independência Financeira ou Fragmentação Orçamentária?

Uma proposta de emenda constitucional promete dar autonomia financeira ao Banco Central. Na prática, abre um buraco de dezenas de bilhões de reais no orçamento.

Por André Lara Rezende

Em outubro de 1993, fui incumbido pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso de redigir as notas que se tornariam a Exposição de Motivos 395 para a criação da URV e o Real. Volto a essas notas porque o vício que se tentava combater naquele momento, o “irrealismo orçamentário”, está de volta, disfarçado de reforma técnica para garantir a independência financeira do Banco Central.

A Proposta de Emenda Constitucional, PEC 65/2023, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e o relatório do senador Plínio Valério agora segue para aprovação no plenário. Poucos fora do universo de política monetária dela tomaram conhecimento. Tem sido defendida sobretudo por economistas do mercado financeiro. Se aprovada colocaria o Banco Central estruturalmente do lado dos que ganham com a alta dos juros. Seus defensores são também os mais vocais críticos da “irresponsabilidade fiscal”, o que é uma estranha contradição, pois a aprovação da PEC 65 seria um retrocesso institucional com potencial para custar dezenas de bilhões de reais por ano aos cofres públicos.

Garantir uma dotação orçamentária compatível com as funções do Banco Central pode fazer sentido. Interesses espúrios podem se utilizar da necessidade de aprovação orçamentária para pressionar o BC. Nos últimos anos, o Cade e a CVM, dois órgãos públicos da mais alta relevância para a regulação financeira, foram preteridos no orçamento e administrativamente abandonados. Ocorre que a PEC 65, é uma emenda constitucional que além de desnecessária, mal redigida e confusa, tem implicações institucionais e fiscais perversas.

A proposta tira o Banco Central do Orçamento da União, estaria fora da LDO, fora da LOA, fora do processo orçamentário normal do país. Em vez de uma autarquia, o BC passaria a ser uma “entidade pública de natureza especial, com regime jurídico próprio de autoridade monetária”, uma excrescência que será fatalmente fonte de litígio. E, mais importante: seu custeio passaria a vir de “receitas próprias”, especificamente da senhoriagem.

A senhoriagem é originalmente a receita do emissor da moeda, cobrada pelo soberano ou pelo senhor feudal para cunhar o metal, ouro ou prata, transformando-o em moeda de curso legal. A moeda de curso legal é um “serviço público” pelo qual o Estado pode eventualmente cobrar. O termo foi adaptado do tempo da moeda metálica para a moeda fiduciária de hoje. Passou a ser entendido como o benefício do emissor da moeda, o Estado,

pelo fato da moeda ser um passivo não remunerado, uma dívida pública que não paga juros. Assim entendido, a senhoriagem, como propõe a PEC 65, pode ser estimada como a taxa de juros da dívida pública aplicada ao estoque de moeda não remunerada.

É importante salientar que a senhoriagem é a estimativa de um benefício para o Estado pelo fato de emitir moeda, um passivo sobre o qual não incide juros. Não gera caixa, não é efetivamente uma receita, mas um ganho relativo ao custo de oportunidade de emitir dívida. Além de considerar como fonte de financiamento do Banco Central algo que não é uma receita efetiva para o Estado, para o seu cálculo, a PEC 65 computa as reservas bancárias como parte do passivo não remunerado do BC. No passado, eram incluídas na Base Monetária não remunerada, hoje, as reservas no BC pagam juros, já não são, de fato, um passivo gratuito do Estado. Só o papel-moeda em poder do público continua sendo, efetivamente, um passivo pelo qual o Estado não paga juros.

Ao incluir as reservas remuneradas na conta, a PEC 65 superestima o valor da senhoriagem. Em números redondos: a base monetária hoje soma cerca de R\$ 440 bilhões, mas o papel-moeda em poder do público — a parcela que de fato representa ganho de oportunidade para o Estado — é de apenas R\$ 370 bilhões. Aplicando a Selic (14%) sobre a definição inflada, chega-se a R\$ 61,6 bilhões, para cobrir despesas do BC que hoje somam cerca de R\$ 5 bilhões. Ou seja: o texto abre espaço para o BC multiplicar seu próprio orçamento por um fator de 12, sem que isso passe por nenhum controle orçamentário do Congresso.

Uma vez fora do orçamento, o resultado do BC deixa de ser transferido ao Tesouro para abater a dívida pública, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal desde 2000. Como o BC não seria mais parte do Estado, sua carteira de títulos do Tesouro seria integralmente somada à dívida pública líquida, que teria seu valor contábil elevado em cerca de R\$ 2,9 trilhões, ou 23% do PIB, sem que nada de substantivo tenha realmente mudado.

A dívida líquida do setor público, hoje em 68% do PIB, saltaria para perto de 90%. Um aumento meramente contábil, mas que seria, com certeza, explorado pelos apologistas do “risco fiscal” para justificar uma ainda maior alta dos juros da dívida.

A PEC 65 cria adicionalmente um incentivo perverso permanente. Quando a Selic sobe, o custo da dívida pública sobe, mas a receita “própria” do BC, calculada sobre a mesma Selic, também aumentaria. Todos perdem com a elevação do custo de capital, com a redução do investimento produtivo e com o custo fiscal do serviço da dívida, mas o Banco Central estaria, institucionalmente, ao lado do mercado financeiro e dos detentores de títulos públicos, entre os que se beneficiam com a alta dos juros. Não é o tipo de alinhamento de incentivos que se quer de uma autoridade monetária, já submetida a um bombardeio dogmático pela manutenção do mais alto juro real do mundo.

Se o orçamento atual do BC é insuficiente para pagar e reter os quadros técnicos de que precisa, a resposta é simples: reavaliar os valores na LDO, como se faz com qualquer outro órgão do Estado. Não é preciso inventar uma nova categoria institucional, nem vincular a receita de um órgão público a um cálculo de senhoriagem mal definido.

As políticas monetária e fiscal sempre foram interligadas. No mundo contemporâneo, da moeda fiduciária e da taxa básica de juros como o principal instrumento do Banco Central, tornaram-se indissociáveis. No entanto, a teoria convencional continua a conceber a moeda e o regime fiscal como questões essencialmente independentes. O quadro institucional, as autoridades monetárias e fiscais, ainda reflete um universo conceitual e tecnológico do século passado. Não há provavelmente área onde a reforma do Estado seja mais urgente.

Diante das rápidas transformações tecnológicas e da sociedade, é urgente repensar a governança do Banco Central, da Secretaria do Tesouro e da

Receita Federal. A digitalização do sistema de pagamentos, a drástica redução do uso da moeda física, assim como as reservas bancárias no Banco Central, remuneradas e abundantes, são fenômenos que exigem adaptação conceitual e institucional. É preciso pensar de forma racional e independente como prosseguir no aprimoramento do quadro institucional fiscal e monetário do país, um processo que teve início com a criação da Sumoc, no pós-Guerra, passou pela criação do BC, no início dos anos 1960, em seguida, pela criação da Secretaria do Tesouro com o fim da Conta Movimento, em 1986, pela Lei de Responsabilidade Fiscal no início deste século e pela autonomia operacional do Banco Central, em 2021.

No entanto, a PEC 65 é um retrocesso, um exemplo dos vícios do patrimonialismo e do corporativismo, que procuram saquear o orçamento através da vinculação de receitas. Foi esse processo de feudalização do Estado, chamado de “um trágico quadro de fragmentação fiscal” na Exposição de Motivos do Real, que levou colapso fiscal e à inflação crônica das últimas décadas do século passado. Trinta anos depois, os mesmos vícios ressurgem na PEC 65. Sob pretexto de garantir os recursos necessários para que o Banco Central possa cumprir suas funções, retira mais uma fatia do Orçamento da União do seu processo legal. Sob pretexto de aperfeiçoamento institucional, o que está em jogo é a retomada do processo de vinculação de receitas, que nos levará inevitavelmente de volta a um “trágico quadro de fragmentação fiscal”.

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Redução pífia, diz Fattorelli sobre queda de juros anunciada pelo BC

02/agosto/26



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

“Uma redução pífia, que nos mantém como campeão mundial em juros reais e que continua beneficiando, exclusivamente, os bancos e instituições financeiras, disse a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), Maria Lucia Fattorelli, ao tomar conhecimento do anúncio na ‘redução’ da taxa de juros pelo Banco Central, na noite desta quarta (06)”, em Brasília.

A decisão, por unanimidade, do Copom (Comitê de Política Monetária, composto pela Diretoria do Banco Central), foi pelo corte na taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, agora em 14% ao ano. Segundo informações do site Infomoney, ‘a variação no preço do petróleo, os juros nos EUA e inflação

vão ditar se haverá, no futuro, novos recuos ainda neste ano'. <https://www.infomoney.com.br/economia/copom-petroleo-juros-nos-eua-e-inflacao-vaoditar-se-havera-mais-cortes-na-selic/>

Como ressaltou Fattorelli, essa “queda” completamente irrisória mantém o Brasil no topo do ranking de juros reais (ou seja, descontada a inflação), de 8,94% ao ano, em comparação aos demais países, à frente até mesmo da Rússia (em guerra, com 7,55%) e Turquia (3,98%), enquanto os Estados Unidos praticam a taxa real de 0,24%, a Zona do Euro -0,49% (negativos), o Japão -0,69% (negativos) e a Argentina -3,37% (negativos). <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

“Isso faz com que os bancos ganhem rios de dinheiro às custas do Banco Central (ou seja, às custas do povo), que remunera a sobra de caixa deles com a “Taxa Selic” ou até mais (a “Bolsa Banqueiro”). Desta forma, os bancos só se interessam em emprestar a pessoas ou empresas a juros estratosféricos, sufocando a economia real, as famílias e os pequenos negócios”.

Alta taxa de juros impulsiona a desindustrialização do Brasil

No embalo da má notícia, Maria Lucia Fattorelli lembrou de outro fato recente, divulgado pelos principais portais de notícias do país e também pelos canais da ACD, dando conta da aceleração na retração na indústria brasileira. <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/acd-aponta-alta-taxa-de-juros-em-queda-do-brasil-no-ranking-de-crescimento-industrial/>

“O Brasil vive uma situação gravíssima nesse insistente processo de desindustrialização e grande parte dessa culpa é da política de juros aplicada pelo BC, pois a indústria não resiste onde os juros são altos demais, disse E explicou, indicando também os impactos seguintes, em um verdadeiro ‘efeito dominó’:

“O processo industrial é longo, exige financiamento e se torna insustentável. Nisso, quem perde, obviamente, é a economia, pois os empregos que que remuneram melhor estão na indústria. O efeito dominó ocorre pois

outros setores são impactados. A educação, por exemplo, é puxada pela indústria, que exige formação técnica e profissional. Com a queda da demanda industrial, vem a precarização na área da educação, levando ao atraso tecnológico, em função da redução de investimentos em pesquisas e tecnologia. Finalmente, sofre a soberania nacional, pois quando um país não produz o que necessita, automaticamente sobe o volume de importações, bem como a vulnerabilidade.

Neste último ponto, Fattorelli aponta a questão dos adubos como exemplo: “O Brasil já teve várias fábricas de adubos, a Petrobras tinha, a Valle tinha, e acabaram privatizadas e fechadas. Desde então, passamos a importar praticamente todo o adubo necessário à nossa agroindústria e, com a guerra na Ucrânia, acabamos ficando ainda mais vulneráveis neste setor.

A **ACD**, junto com várias entidades, apresentou – por meio da Comissão de Legislação Participativa da Câmara – o Projeto de Lei Complementar (PLP) 104/2022, pela limitação dos juros de quaisquer empréstimos (inclusive do cartão de crédito) a 12% ao ano, além de acabar a chamada “Bolsa Banqueiro”. A proposta, entretanto, está ‘parada’ no Congresso Nacional.

Com apenas um clique, saiba mais e divulgue em suas redes sociais, para nos ajudar a pressionar o presidente da Câmara, Hugo Motta, pela tramitação e inclusão do PLP 104/2022 na pauta de votações.

ATENDIMENTO JURÍDICO



MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Área de atuação



Administrativo
e Licitações



Contratos



Imobiliário



Trabalho



Obrigações



Família
e Sucessões



Consumidor
e Bancário



Tributário



Condomínios



Responsabilidade
Civil



Corpo Jurídico



Marcos
Antônio Batista Limeira

Graduado em Direito
pela Faculdade de
Fortaleza - FAFOR

Graduado em Ciências
Contábeis pela
Universidade Estadual do
Ceará - UECE

Especialista em Direito
Tributário



Bárbara
Lemos Pereira Leite

Graduada em Direito
pela Universidade de
Fortaleza - UNIFOR

Especialista em Direito
Processual Civil e
Direito e Processo do
Trabalho

Especialista em Direito
Bancário



Ana Lídia
Nogueira da Silva

Graduada em Direito
pelo Centro
Universitário ICESP -
UNICESP

Especialista em Direito
Imobiliário e Família e
Sucessões

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

Lilian Santos
ESTÉTICA PERSONALIZADA

Espaço 
SAÚDE

Massagem relaxante

Projetada para promover o bem-estar geral e reduzir o estresse, a tensão e as dores musculares através da liberação miofascial.

Massagem relaxante facial

Proporciona alívio de dores de cabeça, ATM, bruxismo, fibromialgia, ansiedade e problemas respiratórios. Com compressas quentes e frias na terapia de 50", promove relaxamento muscular profundo e efeito lifting.

Candle massage

Todos os benefícios da massagem relaxante com uma vela quentinha e nutritiva para a pele.

Shiatsu

Shiatsu significa "pressão com os dedos" — uma técnica de massagem que age pontualmente nos músculos tensos, aliviando tensões. A prática trabalha os meridianos (pontos de energia segundo a Medicina Tradicional Chinesa) e proporciona equilíbrio.

Drenagem linfática corporal

Acelera a circulação da linfa, líquido que transporta nutrientes e elimina resíduos celulares. Ajuda a reduzir inchaço e inflamação, melhora a circulação sanguínea e o sistema imunológico, promove relaxamento e define o contorno corporal.

Drenagem + lifting facial

melhora a circulação e realça o contorno facial, proporcionando nutrição e efeito tensor imediato.

SPA dos pés

Movimentos de massagem relaxante específicas para a região dos pés atrelados a pontos de reflexologia podal.



Terapias corporais 60 e 90min
Terapias faciais 30 e 50min

*Condições especiais
para sindicalizados*

(11)95850-6178

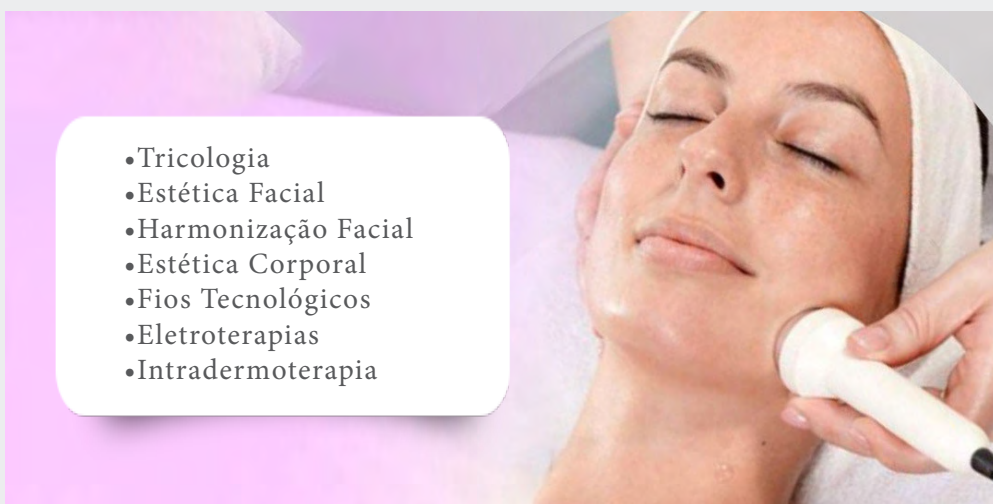
@esteticaliliansantos

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX



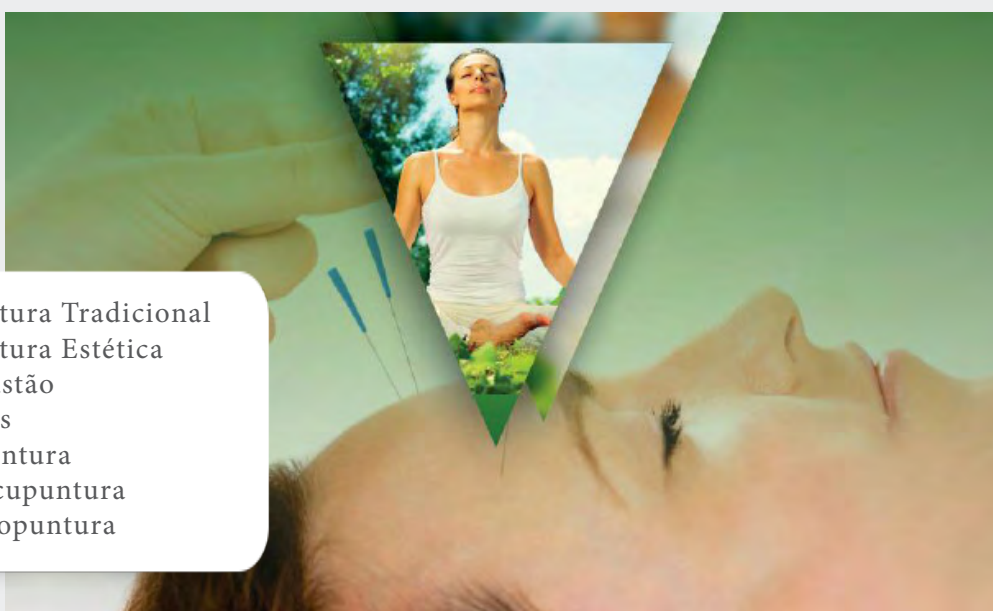
DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



ESTÉTICA AVANÇADA MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA:  (11) 96607.9578

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

TOTALPASS

Mais liberdade para treinar com a **TotalPass**

O **Sindilex** tem uma novidade para você!

Com o novo plano **TP2+** da **TotalPass**, você conta com mais opções de academias e mais flexibilidade para incluir os exercícios na sua rotina.

Mais opções para treinar. Mais liberdade para escolher.

Aproveite esse benefício exclusivo para

FILIADOS

SINDILEX

ELES PODERÃO
CONTAR COM:



MAIS VARIEDADE PARA NÃO CAIR NA ROTINA



MAIS LIBERDADE PARA EXPLORAR NOVOS TREINOS



UMA EXPERIÊNCIA FITNESS **MAIS COMPLETA**

[Saiba mais sobre a Total Pass clicando aqui](#)

CLUBE DE DESCONTOS SINDILEX

FACULDADE
Unyleya

SEJA O

PROTAGONISTA
da sua **carreira**

+ 550 mil alunos matriculados

Cursos reconhecidos pelo MEC

MARIANA

Enquanto conciliava a pós-graduação EAD com os cuidados da filha, investiu no próprio desenvolvimento profissional. Com a formação, tornou-se protagonista da sua carreira e atende em seu próprio consultório de Psicologia.

GRADUAÇÃO EAD

1ª mensalidade por

R\$69,90*

e as demais mensalidades com até

58%* de desconto**PÓS-GRADUAÇÃO EAD**Desconto de até **76%***

INSIRA O CÓDIGO PROMOCIONAL

SEJA-PROTAGONISTA

GARANTA SEU DESCONTO, ACESSE A PROMOÇÃO:

unyleya.link/seja.protagonista

0800 602 6770 Graduação

0800 604 2210 Pós-Graduação



@faculdadeunyleya



@unyleya

FILIADOS

SINDILEXFACULDADE
Unyleya

*Desconto não cumulativo, consulte condições. O desconto é no valor integral, não se aplica aos cursos especiais e com práticas. Válido para novas matrículas até dia 31/08/26.

unyleya.link/seja.protagonista

PAINEL DE AÇÕES JUDICIAIS EM ANDAMENTO



O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim **Sindilex Fique por Dentro**, com as principais atualizações e informações da categoria. Continue acompanhando nossos canais e participe ativamente da vida sindical. Envie suas perguntas, sugestões e contribuições e ajude a fortalecer um Sindilex cada vez mais representativo. Sua participação faz a diferença. **Aguardamos o seu contato!**

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais

20
ANOS

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO